

Meio ambiente

Ecologia versus desenvolvimento

SILVIO MAIA

As sanções econômicas impostas ao Brasil a pretexto de proteger a Amazônia caracterizam uma agressão mais violenta que a causada pelos desacertos cometidos por nós na exploração da região.

Devemos admitir nossos erros e eliminá-los; mas não podemos permitir que países desenvolvidos, detentores de conhecimento científico e tecnológico superior ao nosso, nos punam encobrendo suas responsabilidades por sérias agressões ao meio ambiente do planeta.

Condenar uma vasta região da América do Sul ao subdesenvolvimento em nada mudará o quadro atual de deterioração das condições de vida. A falta de condições financeiras e científicas para a exploração racional da Amazônia só servirá para aumentar a devastação desordenada.

Existem na Amazônia milhares de pessoas que, como foi com Chico Mendes, vivem do extrativismo e de pequenas roças. Tais seres humanos, em sua maioria de baixo nível cultural, tanto exploram seringais e castanhais nativos sem prejuízo da natureza, como extraem madeira e queimam a mata ou garimpam ouro poluindo os rios com mercúrio. Muitas vezes essas pessoas são exploradas por empresas inescrupulosas ou por políticos que precisam da ignorância para se impor. Será justo negar-lhes o desenvolvimento, a cultura, a saúde, a educação? Basta-lhes sobreviver? É claro que não!

O desenvolvimento dessa gente da Amazônia é obrigação moral inclusive dos abastados senhores

desenvolvidos do hemistério norte.

Não podemos também usar as agressões e inverdades com que estão nos oprimindo para esquecermos nossas graves falhas. A implantação de pastagens em áreas de mata densa com elevado custo de formação e com baixo índice de sustentação; a exploração madeireira indiscriminada (normalmente oferecida à opinião pública como litígio fundiário); a implantação de indústrias que consomem o carvão vegetal como insumo e que é retirado sem controle nem preocupação com o ecossistema; a mineração com técnicas primárias, ineficientes e poluentes; os assentamentos de colonos sem planejamento ou orientação, e até mesmo a implantação de qualquer tipo de projeto, por mais ecológico que seja, em áreas de preservação, são erros que precisam ser corrigidos.

É fundamental que se faça o zoneamento da Amazônia, com o estabelecimento de regras objetivas e a consequente responsabilização de organismos públicos, entidades privadas e partidos políticos pelo cumprimento das mesmas. É fundamental que se prestigiem iniciativas de viabilidade comprovada, como o plantio de culturas já estabelecidas que venham permitir a defesa de regiões de devastação inevitável e mesmo a recuperação de áreas afetadas. É urgente que se faça um programa de assentamento de colonos.

Tal iniciativa é de responsabilidade exclusiva de brasileiros, cidadãos, empresas e Poder Pú-

blico. Nossa omissão atestará a incompetência da sociedade brasileira.

Dentro da crise atual não existem recursos disponíveis para ações amplas. O aporte de recursos externos torna-se indispensável para medidas concretas.

Não podemos ser incompetentes naquilo que depende de nós. O Poder Público não tem o direito de submeter-se às pressões externas e nos imobilizar. Ações como a da Associação dos Produtores de Dendê do Pará e Amapá (Aproden), que vem tentando em vão o desenvolvimento de um projeto de dendê para a recuperação de um milhão de hectares, dos três milhões já devastados no Pará em áreas aptas à cultura, não podem ser tão carentes de apoio.

O dendê é uma cultura adaptada à região. Sua cultura na Ásia, em particular na Malásia, resultou na redenção da agricultura, permitindo sensível melhoria das condições de vida de pequenos e médios agricultores e a criação de grandes empresas.

É preciso mostrar as vantagens do trabalho duro, mas bem orientado. É inimaginável não aplaudir com entusiasmo iniciativas como a da Aproden.

Inocentes os malasianos e indonésios que —sendo os maiores produtores mundiais— tanto temem a Amazônia por sua enorme aptidão para a cultura do dendê. Não há o que temer, senhores asiáticos: por ora só temos aqui muita conversa e pouca ação.

SILVIO MAIA, 41, administrador de empresas, é diretor-coordenador da Cia. Real Agroindustrial e Agropalma (PA).